



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Departamento de Gestão Hospitalar no Estado do Rio de Janeiro
Hospital Federal da Lagoa

Processo nº 33408.132326/2024-57



UASG.: 250105			
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 91019/2026		Data de Abertura da sessão: 09/07/2026 às 10:00	
PROCESSO SEI Nº: 33408.167938/2024-61		No sítio: www.gov.br/compras	
OBJETO:			
Pregão Eletrônico O objeto da presente licitação é a aquisição futura de Boilers Pressurizados , com capacidade individual de 4.210 litros, destinados ao armazenamento de água quente no Hospital Federal da Lagoa (HFL), totalizando 01 (hum) item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
VALOR TOTAL ESTIMADO			
R\$ 264.568,92 (duzentos e sessenta e quatro mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos)			
Registro de Preços?	Entrega e Critérios de Aceitação do objeto	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Sim.	Cl. 05 e 09 do Anexo I.	Minuta do Termo de Contrato - Anexo II Vistoria - 8.10 do Edital.	Menor Preço.
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos:	
<ul style="list-style-type: none">- SICAF- Certidão CNJ- Certidão Portal da Transparência- Certidão CNDT- Índices de liquidez superiores a 1- CCL mínimo (16,6% do valor da proposta)- PL não inferior a 1/12 da declaração de contratos- PL não inferior a 10% do valor da proposta/estimado da contratação- DRE- Certidão negativa de falência		<ul style="list-style-type: none">- Qualificação técnica (Cl. 9.27 até 9.27.3, do Termo de Referência).	
*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório e anexos.			
Lic. Exclusiva ME/EPP? Não.	Reserva Cota ME/EPP? Não.	Exige Amostra? Não. Exige Carta de Solidariedade? Sim. Conforme subitem 17.2 ao 17.9 do Anexo I (Da exigência de carta de solidariedade)	Dec. 7.174/2010? Não.
Prazo para envio pra proposta/documentação:			
Até 03 (três) horas, podendo ser prorrogado a pedido.			
Pedidos de Esclarecimento/Impugnação:		Dúvidas e Esclarecimentos:	
ATENÇÃO Até as 15:00 do dia 06/07/2025 (segunda-feira) .		cpl@hgl.rj.saude.gov.br com cópia para licitacao.hgl@gmail.com Telefone: (21) 3111-5271 De 2ª à 6ª feira de 08:00 às 15:00.	
Observações Gerais:			
1. Local de entrega do material: · Gerenciador: o HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA - Rua Jardim Botânico, 501, Jardim Botânico, CEP: 22.470-050, Rio de Janeiro - RJ, no Serviço de Almoxarifado. No horário de 10:00h às 15:00h, dias úteis.			
2. A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1% (hum por cento) sobre o valor unitário do item.			
3. No item 01 não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 49, inciso III da referida L.C.			
4. Atenção às declarações que deverão ser entregues conforme consta na Cl. 4.4 e ss deste Edital e com validade APÓS a data da sessão pública.			
Lei nº 14.133			

EDITAL
HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91019/2026
(Processo Administrativo nº 33408.132326/2024-57)

Torna-se público que o **HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Rua Jardim Botânico, 501 - 10º andar, Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para a aquisição futura de **Boilers Pressurizados**, com capacidade individual de 4.210 litros, destinados ao armazenamento de água quente no Hospital Federal da Lagoa (HFL), totalizando 01 (hum) item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

1.3. No item **01** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 49, inciso III da referida L.C.

Item	Descrição do Item	CATMAT	Unidade de Medida	Total de Itens	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	<p>Boiler pressurizado com capacidade de 4.210 litros; serão utilizados para o armazenamento de água quente, aquecida externamente, e devem atender às normas técnicas e requisitos detalhados; (Anexo II e III)</p> <p>Especificações Técnicas Gerais Capacidade Individual: 4.210 litros (4,21 m³). Capacidade Total: 8.420 litros. Pressão de Operação: 40 mca (4 bar). Temperatura Máxima de Operação: 60°C. Diâmetro Externo: 1,37 m. Diâmetro Interno: 1,254 m. Comprimento Externo: 3,51m. Comprimento Interno: 3,41 m. Espessura da Parede do Aço: 8 mm. Espessura do Isolamento Térmico: 50 mm.</p> <p>Materiais e Componentes Corpo do Boiler: Material: ASTM A516 Grau 70 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME BPVC Section VIII, ASTM Standards, ABNT NBR 16035. Isolamento Térmico: Material do Isolante: Lã de vidro ou espuma rígida de poliuretano. Espessura: 50 mm. Revestimento Externo: Aço galvanizado ou aço inoxidável. Conexões e Flanges: Material: ASTM A105 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME B16. 5 (flanges) e ASME B16.9 (conexões soldadas).</p> <p>Válvulas de Segurança e Dispositivos de Controle Válvulas de segurança: Ajustadas para abertura em 4,5 bar. Manômetros: Escala mínima de 0 - 6 bar. Termômetros: Faixa de operação de 0 - 100°C.</p> <p>Testes e Ensaios Exigidos Ensaios Hidrostáticos: Pressão de teste: 6 bar (1,5 vezes a pressão de operação). Norma: ASME BPVC Section VIII. 2. Ensaios Não Destrutivos: Radiografia ou ultrassom em todas as soldas principais. Norma: ASME Section V e ISO 17636.</p> <p>Responsabilidades do Fornecedor Fornecer os boilers em conformidade com todas as normas técnicas descritas (NR13, ASME BPVC, ABNT NBR 16035, etc.). Garantir a emissão de todos os documentos técnicos: Certificados de material (ASTM A516 Grau 70 ou Aço Inox 316). Relatórios de testes e ensaios (hidrostáticos, radiográficos, etc.). Manual de operação e manutenção. Placas de identificação para os boilers. Transporte; Instalação; Comissionamento e Treinamento.</p>	615839	Unidade / Serviço	2	R\$ 132.284,46	R\$ 264.568,92

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. No item **01** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 49, inciso III da referida L.C.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. **Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:**

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

4.19. **O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. **O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:**

5.1.1. **valor unitário do item;**

5.1.2. **marca;**

5.1.3. **fabricante;**

5.1.4. **quantidade cotada.**

5.2. **Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.**

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (hum por cento).**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **"ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.**

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8.538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. **O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

6.23.5. **É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.**

6.23.6. **Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.
- 7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.8. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 7.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.15. **Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.**
- 7.16. Em caso de a proposta do primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o

somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio da opção "enviar anexo" do sistema www.gov.br/compras.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. **Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.**

8.10.1. **O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail disul.hfl@gmail.com, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.**

8.10.2. **Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

8.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, TRÊS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 03 (três) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. **Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DO CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **7 dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **7 dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

9.4.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.4.2. *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

9.4.3. *contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. *O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.*

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal **é de 03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **será de 10 (dez) minutos**.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. *Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.*

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo **de 03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo **de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

10.6. *Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.*

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes **será de 03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. **Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:**

11.1.1. **deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;**

11.1.2. **salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:**

11.1.2.1. **não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;**

11.1.2.2. **recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;**

11.1.2.3. **pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;**

11.1.2.4. **deixar de apresentar amostra;**

11.1.2.5. **apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.**

11.1.3. **não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;**

11.1.4. **recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;**

11.1.5. **apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;**

11.1.6. **fraudar a licitação;**

11.1.7. **comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**

11.1.7.1. **agir em conluio ou em desconformidade com a lei;**

11.1.7.2. **induzir deliberadamente a erro no julgamento;**

11.1.7.3. **apresentar amostra falsificada ou deteriorada.**

11.1.8. **praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;**

11.1.9. **praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.**

11.2. **Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**

11.2.1. **advertência;**

11.2.2. **multa;**

11.2.3. **impedimento de licitar e contratar; e**

11.2.4. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.**

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo *máximo de 30 (trinta) dias úteis*, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de *15 (quinze) dias úteis*, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo *máximo de 03 (três) anos*.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de *15 (quinze) dias úteis*, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de *15 (quinze) dias úteis* da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de *05 (cinco) dias úteis*, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo *máximo de 20 (vinte) dias úteis*, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de *15 (quinze) dias úteis*, contado da data da intimação, e decidido no prazo *máximo de 20 (vinte) dias úteis*, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DO ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes** da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **cpl@hgl.rj.saude.gov.br** com cópia para **licitacao.hgl@gmail.com**.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERÊNCIA.**
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1. Anexo I – Termo de Referência;
- 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 13.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato.

....., de de 20.....

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo - Lei nº 14.133, de 2021.
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação.
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/ 2025

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA
HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA
(Processo Administrativo nº 33408.132326/2024-57)

TERMO DE REFERÊNCIA

14. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**
- 14.1. Aquisição de instalação de 2 (dois) boilers pressurizados com capacidade individual de 4.210 litros, destinados ao armazenamento de água quente no Hospital Federal da Lagoa (HFL). A contratação incluirá a aquisição dos boiler, transporte, instalação, realização de testes e treinamento da equipe técnica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

1	<p>Boiler pressurizado com capacidade de 4.210 litros; serão utilizados para o armazenamento de água quente, aquecida externamente, e devem atender às normas técnicas e requisitos detalhados; (Anexo II e III) Especificações Técnicas Gerais: Capacidade Individual: 4.210 litros (4,21 m³). Capacidade Total: 8.420 litros. Pressão de Operação: 40 mca (4 bar). Temperatura Máxima de Operação: 60°C. Diâmetro Externo: 1,37 m. Diâmetro Interno: 1,254 m. Comprimento Externo: 3,51m. Comprimento Interno: 3,41 m. Espessura da Parede do Aço: 8 mm. Espessura do Isolamento Térmico: 50 mm.</p> <p>Materiais e Componentes Corpo do Boiler: Material: ASTM A516 Grau 70 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME BPVC Section VIII, ASTM Standards, ABNT NBR 16035. Isolamento Térmico: Material do Isolante: Lã de vidro ou espuma rígida de poliuretano. Espessura: 50 mm. Revestimento Externo: Aço galvanizado ou aço inoxidável. Conexões e Flanges: Material: ASTM A105 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME B16. 5 (flanges) e ASME B16.9 (conexões soldadas).</p> <p>Válvulas de Segurança e Dispositivos de Controle: Válvulas de segurança: Ajustadas para abertura em 4,5 bar. Manômetros: Escala mínima de 0- 6 bar. Termômetros: Faixa de operação de 0-100°C. Testes e Ensaios Exigidos Ensaios Hidrostáticos: Pressão de teste: 6 bar (1,5 vezes a pressão de operação). Norma: ASME BPVC Section VIII. 2. Ensaios Não Destrutivos: Radiografia ou ultrassom em todas as soldas principais. Norma: ASME Section V e ISO 17636. Responsabilidades do Fornecedor Fornecer os boilers em conformidade com todas as normas técnicas descritas (NR13, ASME BPVC, ABNT NBR 16035, etc.). Garantir a emissão de todos os documentos técnicos: Certificados de material (ASTM A516 Grau 70 ou Aço Inox 316). Relatórios de testes e ensaios (hidrostáticos, radiográficos, etc.). Manual de operação e manutenção. Placas de identificação para os boilers. Transporte; Instalação; Comissionamento e Treinamento.</p>	615839	Unidade / Serviço	2	R\$ 132.284,46	R\$ 264.568,92
---	--	--------	-------------------	---	----------------	----------------

14.1.1. Capacidade mínima de aquecimento de 2500 litros de água por hora;

14.1.2. Eficiência energética de no mínimo 90%;

14.1.3. Sistema de isolamento térmico com redução de perda térmica inferior a 5%;

14.1.4. Compatibilidade com aquecedores a gás externo;

14.1.5. Materiais de fabricação com resistência à corrosão e alta durabilidade.

14.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico

Preliminar.

- 14.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 14.4. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) dias** contados do(a) após a assinatura d contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

15. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 15.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 15.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta nas informações básicas este Termo de Referência.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 16.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

17. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 17.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 17.1.1. Os boilers deverão apresentar eficiência energética mínima de 90%, isolamento térmico que assegure redução de perdas inferior a 5% e serem fabricados com materiais de alta durabilidade e resistência à corrosão.;
- 17.1.2. Sempre que possível, devem ser priorizadas soluções que incorporem tecnologias que reduzam impactos ambientais e promovam maior eficiência operacional.;
- 17.1.3. Deverá ser considerado o ciclo de vida do equipamento, privilegiando soluções que reduzam a necessidade de substituições frequentes e que possibilitem manutenção adequada ao longo dos anos.
- 17.1.4. A fiscalização deverá verificar o atendimento dos requisitos de eficiência, segurança e sustentabilidade durante a entrega, instalação e operação inicial dos equipamentos.
- 17.1.5. A contratada deverá adotar práticas de descarte ambientalmente adequado de embalagens, resíduos e materiais substituídos durante a instalação, observando a legislação ambiental aplicável.

Da exigência de carta de solidariedade

- 17.2. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a plena execução do contrato.
- 17.2.1. A carta deverá garantir a responsabilidade solidária do fabricante quanto ao fornecimento do objeto, à observância de todas as condições e prazos estipulados e à assunção integral das obrigações em caso de inadimplemento ou falha do revendedor ou distribuidor, de modo a assegurar a continuidade da execução contratual.

Subcontratação

- 17.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 17.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:
- 17.4.1. A execução dos dois boilers;
- 17.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 17.5.1. Os insumos, materiais e mão de obra necessários às instalações;
- 17.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 17.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 17.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 17.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 17.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor total da contratação.
- 17.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 17.11.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 17.11.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 17.11.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a

emissão do respectivo endosso pela seguradora.

17.11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

17.11.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

17.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

17.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

17.15.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

17.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

17.16.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

17.16.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

17.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

17.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

17.20. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.20.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.20.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

17.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

17.21.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

17.21.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

17.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

17.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

17.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

17.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Da comprovação de conformidade

17.26. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a documentação técnica que comprove a conformidade do objeto com as especificações exigidas, incluindo:

4.26.1. Certificados de materiais (ASTM A516 Grau 70 ou Aço Inox 316);

4.26.2. Relatórios de ensaios hidrostáticos e não destrutivos, conforme normas ASME e ISO;

4.26.3. Certificação de atendimento à NR-13 e ABNT NBR 16035;

4.26.4. Manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;

4.26.5. Placas de identificação dos boilers.

17.27. A ausência ou a inconformidade da documentação apresentada implicará a desclassificação da proposta, convocando-se a próxima licitante, observada a ordem de classificação.

Da execução do objeto

17.28. A CONTRATADA será responsável pela instalação completa dos boilers, incluindo testes funcionais, limpeza e higienização, sem custos adicionais.

Condições de Treinamento

17.29. A CONTRATADA deverá realizar, sem custos adicionais, treinamento técnico-operacional para os profissionais indicados pela CONTRATANTE, abrangendo operação, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

- 17.30. O treinamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após solicitação formal da CONTRATANTE.
- 17.31. O treinamento será ministrado no local de instalação dos equipamentos, em datas a serem acordadas entre as partes, assegurando a plena capacitação da equipe técnica.

Vistoria

- 17.32. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta feira, das 08h às 16h, mediante agendamento pelo e-mail: engenharia.seinfrahl@gmail.com.
- 17.33. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação.
- 17.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada pelo responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
1ª	01 unidade Boiler e sua instalação, considerando o abastecimento da rede de água quente existente;	30 dias da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho.
2ª	01 unidade do Boiler com suas instalações e conexões com o primeiro Boiler e a rede de abastecimento de água quente do Hospital Federal da Lagoa.	60 dias da Ordem de Fornecimento / Nota de Empenho

- 18.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 18.2. Os bens deverão ser entregues, obrigatoriamente, no seguinte endereço: Rua Jardim Botânico, 501, Jardim Botânico - Rio de Janeiro - RJ. A entrega deverá ocorrer no horário das 09h às 15h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, conforme estipulado no contrato

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 18.3. A contratada deverá fornecer garantia integral para os boilers e todos os seus componentes, bem como para os serviços de instalação, por um período **mínimo de 2 (dois) anos**, contados a partir da data de entrega definitiva e entrada em operação dos equipamentos.

19. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 19.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 19.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 19.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 19.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 19.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 19.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 19.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 19.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 19.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 19.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 19.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Rotinas específicas de fiscalização técnica do objeto

- 19.13. Verificação da conformidade técnica dos boilers entregues com as especificações do contrato, incluindo capacidade e

materiais.

- 19.14. Inspeção das conexões e sistemas de abastecimento de água quente para assegurar compatibilidade com a infraestrutura existente.
- 19.15. Acompanhamento do transporte e instalação dos boilers, garantindo que sejam realizados conforme prazos e métodos estabelecidos no contrato.
- 19.16. Verificação da realização de testes de funcionamento após a instalação, incluindo o desempenho dos boilers no abastecimento de água quente.
- 19.17. Monitoramento das condições de segurança do trabalho durante a execução, conforme normas vigentes.
- 19.18. Avaliação da qualidade dos insumos utilizados na instalação e conexão dos boilers.
- 19.19. Acompanhamento do cumprimento do cronograma físico-financeiro, garantindo conformidade entre etapas e pagamentos.
- 19.20. Identificação de possíveis falhas ou inconformidades no processo de instalação e comunicação ao gestor do contrato.
- 19.21. Verificação da realização de treinamento da equipe técnica do Hospital Federal da Lagoa para operação e manutenção dos boilers.
- 19.22. Fiscalização da emissão e entrega da documentação exigida, incluindo manuais técnicos e certificados de garantia.

Fiscalização Administrativa

- 19.23. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 19.24. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 19.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 19.26. Cabe ao gestor do contrato:

- 19.26.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 19.26.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 19.26.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 19.26.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 19.26.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 19.26.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 19.26.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

20. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 20.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 20.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 20.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 20.2.4. Multa:
 - 20.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5 (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias
 - 20.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 20.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas,

conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

20.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

20.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

20.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

20.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

20.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

20.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

20.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

20.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

20.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

20.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

20.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

21. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

21.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

21.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

21.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

21.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

21.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

21.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

21.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a

responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

21.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

21.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

21.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 21.12.1. o prazo de validade;
- 21.12.2. a data da emissão;
- 21.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 21.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 21.12.5. o valor a pagar; e
- 21.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

21.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 21.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 21.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

21.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

21.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

21.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

21.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

21.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice XXXX de correção monetária.

Forma de pagamento

21.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

21.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

21.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

21.28. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.

21.29. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo

21.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de

pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

21.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

21.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em Julho/2025.

21.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

21.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

21.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

21.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

22.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

22.2. O fornecimento do objeto será parcelado conforme especificado no item 5 desde Termo de Referência.

Exigências de habilitação

22.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

22.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

22.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

22.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

22.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

22.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

22.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

22.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

22.12. Ato de autorização para o exercício da atividade de fabricação, importação ou comercialização de equipamentos laboratorial emitido pela ANVISA nos termos da Resolução RDC nº 16/2014.

22.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

22.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

22.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

22.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

22.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

22.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

22.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

22.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas

$$\begin{aligned} LG &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ SG &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ LC &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

22.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

22.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

22.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação].

22.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

22.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

22.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em plena validade;

22.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

22.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

22.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

22.31.1.1. Fornecimento e garantia de ao menos 3 equipamento igual ou de complexidade similar.;

22.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

22.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

22.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

22.32. Caso haja a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

22.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

22.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

22.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

22.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

22.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

23. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

23.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 264.568,92 (duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela contida no

item 1.1 acima].

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 24.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

24.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/unidade: [...];

II - Fonte de recursos: [...];

III - Programa de trabalho: [...];

IV - Elemento de despesa: [...]; e

V - Plano interno: [...].

24.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].
- [Local], [dia] de [mês] de [ano].
- Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável
- Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025
- APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
- Apêndice do Anexo I
Estudo Técnico Preliminar 50/2024
1. Informações Básicas
- Número do processo: 33408.132326/2024-57
2. Objeto da Contratação
- O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP) é a aquisição e instalação de dois boilers pressurizados com capacidade individual de 4.210 litros, destinados ao armazenamento de água quente no Hospital Federal da Lagoa (HFL).
- A contratação incluirá:
- Aquisição dos boilers fabricados conforme normas técnicas nacionais e internacionais;
 - Transporte e entrega ao local designado com garantia de integridade durante o processo;
 - Instalação completa, englobando adequações estruturais e integrações hidráulicas e elétricas;
 - Realização de testes operacionais, incluindo ensaios hidrostáticos e térmicos;
 - Treinamento da equipe técnica, garantindo a operação eficiente e manutenção preventiva dos equipamentos.
3. Descrição da necessidade
- O Hospital Federal da Lagoa (HFL), como unidade de saúde pública de referência, apresenta alta demanda por água quente em áreas críticas e de suporte, o que requer um sistema robusto e confiável para armazenamento e fornecimento.
- 3.1. Problemas Identificados
- Atualmente, o hospital possui um boiler que apresenta corrosão severa, vazamentos e isolamento térmico comprometido, resultando em perda significativa de eficiência energética e aumento dos custos operacionais. Além disso, a chapa metálica apresenta trincas e rupturas
- Edital 18 (0055410956) SEI 33408.132326/2024-57 / pg. 21

em pontos críticos, tornando inviável a realização de reparos.

Dessa forma, o equipamento não atende mais às condições mínimas de operação segura e eficaz, colocando em risco a continuidade do fornecimento de água quente, essencial para:

- Higienização de utensílios e ambientes hospitalares;
- Conforto e segurança dos pacientes;
- Atendimento às exigências técnicas de processos de assepsia e desinfecção.

3.2. Justificativa da Contratação

Após análises técnicas e com base em relatórios especializados, concluiu-se que a solução mais eficiente é a aquisição de dois novos boilers. A adoção de dois equipamentos oferece benefícios como:

- Maior confiabilidade e redundância no sistema, reduzindo o risco de paralisações;
- Redução de custos operacionais.
- Garantir eficiência operacional, proporcionando o fornecimento contínuo e seguro de água quente, eliminando interrupções que afetam áreas críticas.
- Atender normas técnicas, assegurando a conformidade com a NR-13 (Caldeiras e Vasos de Pressão) e com a RDC 50/2002 da ANVISA.
- Promover sustentabilidade, reduzindo o consumo energético por meio de equipamentos de alta eficiência e isolamento térmico.

3.3. Impactos da Não Contratação

A não implementação dos boilers acarretará:

- Riscos sanitários: Processos de esterilização inadequados aumentam o risco de infecções hospitalares.
- Prejuízo à imagem institucional: A falta de infraestrutura moderna prejudica a qualidade do atendimento e a confiança da população.
- Custos operacionais elevados: Soluções provisórias demandam maior manutenção e consumo energético, onerando os recursos públicos.

4. Área requisitante

Área Requisitante: Serviço de Infraestrutura e Patrimônio

Responsável: Tiago Felipe Lagoas dos Santos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para a substituição do boiler atualmente em uso, foi realizado um estudo técnico para identificar as necessidades específicas do Hospital Federal da Lagoa. Como resultado, foram definidos os seguintes requisitos técnicos e operacionais para o novo equipamento:

5.1. Especificações Técnicas dos Boilers

Os boilers a serem adquiridos deverão atender a rigorosos critérios técnicos, estabelecidos para garantir desempenho, durabilidade e eficiência energética:

5.1.1. Capacidade de Armazenamento

- Capacidade Individual: Cada boiler deve ter capacidade para armazenar 4.210 litros de água quente, volume suficiente para atender à demanda diária dos setores críticos do hospital.
- Capacidade Total em Operação: O conjunto de dois boilers deve permitir o armazenamento de 8.420 litros, assegurando o fornecimento contínuo mesmo em condições de alta demanda ou manutenção em um dos equipamentos.

5.1.2. Temperatura de Operação

- Faixa Operacional: De 0°C a 120°C, ajustável para atender diferentes finalidades, como higienização, conforto térmico e esterilização.
- Controle de Precisão: O sistema deverá incluir dispositivos que permitam o ajuste fino da temperatura, com tolerância máxima de $\pm 2^\circ\text{C}$.

5.1.3. Pressão de Operação

- Pressão Nominal: 4 bar (40 metros de coluna de água - mca), compatível com os sistemas hidráulicos do HFL.
- Pressão Máxima: 6 bar, testada em conformidade com as normas ASME BPVC Section VIII e NR-13.
- Testes de Pressão: Cada boiler deverá ser submetido a ensaios hidrostáticos para validar sua resistência e estanqueidade.

5.1.4. Material de Construção

- Corpo Principal: Deve ser fabricado em um dos seguintes materiais: ASTM A516 Grau 70 (aço carbono): Oferece boa resistência mecânica e custo moderado. É recomendado que o material receba tratamento anticorrosivo.
- Aço Inox 316: Ideal para ambientes hospitalares, devido à alta resistência à corrosão e facilidade de higienização. Este material é especialmente recomendado para evitar contaminação química ou biológica.

5.1.5. Isolamento Térmico

- Material Isolante: Lã de vidro ou espuma rígida de poliuretano, com propriedades de baixa condutividade térmica para minimizar perdas de calor.
- Espessura Mínima: 50 mm, suficiente para garantir a eficiência energética e manter a temperatura da água armazenada por períodos prolongados.
- Revestimento Externo: Aço galvanizado ou inoxidável, para proteção contra danos físicos e agentes corrosivos.

5.1.6. Dimensões e Estrutura

- Diâmetro Externo: 1,37 metros.
- Comprimento Total: 3,51 metros.
- Espessura da Parede: 8 mm, para garantir resistência estrutural e durabilidade.

5.1.7. Dispositivos de Segurança

- Os boilers deverão contar com sistemas de segurança integrados para proteger a operação contra falhas:
- Válvulas de Alívio: Configuradas para liberar pressão automaticamente caso exceda o limite de 4,5 bar.
- Termômetros e Manômetros: Instalados em locais estratégicos, permitindo monitoramento contínuo da temperatura e da pressão

interna.

- Alarmes Audiovisuais: Dispositivos de alerta em caso de anomalias, como superaquecimento ou sobrepressão.

5.1.8. Sistemas de Monitoramento e Automação

- Os equipamentos devem integrar tecnologias de automação para facilitar sua operação e manutenção:
- Controle Digital: Pannel eletrônico com interface amigável para ajuste e monitoramento de parâmetros operacionais.
- Alarmes Automatizados: Alertas visuais e sonoros em situações de falha.
- Compatibilidade com Sistemas de Gerenciamento Predial: Capacidade de integração ao sistema de supervisão do HFL, permitindo monitoramento remoto.

5.2. Serviços Associados

- A contratação inclui uma série de serviços necessários para assegurar a instalação e operação plena dos boilers, descritos abaixo:

5.2.1. Transporte e Logística

- Planejamento: O transporte dos boilers deve ser realizado com rotas planejadas para evitar danos durante o deslocamento.
- Manuseio: Deve ser utilizado equipamento especializado, como guindastes e empilhadeiras, para garantir a integridade dos equipamentos.
- Entrega no Local: Posicionamento cuidadoso no espaço destinado à instalação, com alinhamento às condições do ambiente hospitalar.

5.2.2. Instalação

- Preparação do Local: Bases de concreto específicas para suportar o peso dos boilers, considerando sua capacidade máxima operacional.
- Conexões Hidráulicas: Tubulações em aço carbono galvanizado ou aço inoxidável, conforme especificação do projeto hidráulico do hospital.
- Conexões Elétricas: Ligações adequadas para alimentar os sistemas de controle e segurança dos boilers.

5.2.3. Testes Operacionais

- Os boilers deverão ser submetidos a rigorosos testes para validar sua eficiência e segurança:
- Ensaios Hidrostáticos: Verificação de resistência à pressão máxima de 6 bar.
- Testes Térmicos: Medição da capacidade de aquecimento e retenção de calor, comparando com as especificações técnicas.
- Validação de Sistemas de Segurança: Teste funcional das válvulas de alívio, alarmes e sensores.

5.2.4. Treinamento da Equipe

- Capacitação Operacional: Instruções detalhadas sobre o funcionamento dos boilers, ajustes básicos e monitoramento.
- Manutenção Preventiva: Treinamento sobre procedimentos para identificação precoce de falhas e desgastes.
- Documentação: Entrega de manuais técnicos completos, com orientações para operação, manutenção e solução de problemas.

5.3. Normas e Regulamentações Aplicáveis

- Os equipamentos e serviços deverão cumprir rigorosamente as normas técnicas e regulatórias, incluindo:
- NR-13: Estabelece diretrizes de segurança para caldeiras e vasos de pressão, incluindo inspeções periódicas e testes obrigatórios.
- ASME BPVC Section VIII: Normas internacionais para projeto, fabricação e ensaios de vasos de pressão.
- ABNT NBR 16035: Define requisitos técnicos para boilers industriais.
- RDC 50/2002: Determinações da ANVISA para instalações hospitalares.
- ISO 9001 e 14001: Certificações obrigatórias para fornecedores, garantindo qualidade e sustentabilidade.
- ABNT NBR 5626:2020: Sistemas Prediais de Água Fria e Água Quente – Projeto, Execução, Operação e Manutenção
- ABNT NBR 5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão
- ABNT NBR 13103: Instalação de Aparelhos a Gás

5.4. Sustentabilidade e Eficiência Energética

- A aquisição deve priorizar práticas que promovam eficiência e minimizem impactos ambientais:
- Eficiência Térmica: Equipamentos com isolamento térmico de alta qualidade para reduzir o consumo de energia elétrica.
- Materiais Sustentáveis: Utilização de componentes recicláveis sempre que possível.
- Gestão de Resíduos: Descarte correto de materiais excedentes durante o transporte e instalação, seguindo políticas de logística reversa.
- Monitoramento de Consumo: Sistemas integrados para otimização do uso de energia e recursos.

6. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi elaborado pelo Setor de Compras do Hospital Federal da Lagoa (HFL), cujo relatório final (0049797439) encontra-se devidamente anexado ao processo nº 33408.132326/2024-57.

Para a elaboração da estimativa dos preços unitários dos objetos da contratação, foi adotada a sistemática prevista na Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, em seu Capítulo II, que trata da elaboração da pesquisa de preços.

Com o intuito de garantir maior consistência e transparência ao processo conduzido pelo Serviço de Compras/HFL, a pesquisa foi estruturada conforme os parâmetros estabelecidos no artigo 5º da referida Instrução Normativa, considerando as seguintes fontes de referência:

- Consulta a preços praticados por entes públicos;
- Consulta a propostas comerciais de empresas privadas;
- Publicação de aviso no jornal O DIA.

A pesquisa utilizou como base todos os requisitos técnicos e especificações definidos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência. O detalhamento completo da pesquisa, bem como os cálculos realizados, encontra-se devidamente registrado e anexado ao processo, conforme relatório final SEI nº 0049797439.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Componentes da Solução

A solução proposta para atender à necessidade identificada compreende a aquisição e instalação de dois novos boilers de alta capacidade para o Hospital Federal da Lagoa. A proposta mais adequada envolve a contratação de uma empresa especializada para o fornecimento, entrega e instalação dos equipamentos, garantindo que atendam plenamente às especificações técnicas e às demandas operacionais do hospital.

Essa abordagem visa substituir os equipamentos atuais, que se encontram em condições críticas, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços hospitalares essenciais. A seguir, detalham-se as etapas e condições que compõem a solução de forma integral:

7.1.1. Aquisição dos Boilers

Os dois boilers pressurizados serão adquiridos de fornecedores certificados e qualificados para atender às especificações técnicas estabelecidas no Item 4. Eles deverão ser fabricados com materiais de alta durabilidade e eficiência, garantindo segurança operacional e desempenho superior. As características principais incluem:

- Capacidade individual: 4.210 litros, totalizando 8.420 litros.
- Material de construção: aço inoxidável 316 ou aço carbono ASTM A516 Grau 70, com revestimento anticorrosivo para maior vida útil.
- Isolamento térmico: lã de vidro ou espuma rígida de poliuretano, com espessura mínima de 50 mm, minimizando perdas de calor.
- Sistemas de segurança integrados: válvulas de alívio, alarmes audiovisuais e proteção contra sobrepressão e superaquecimento.

O fornecimento será acompanhado por documentação técnica completa, incluindo:

- Certificados de conformidade com normas como NR-13, ASME BPVC Section VIII, e ABNT NBR 16035.
- Manuais de operação, manutenção e instruções detalhadas para instalação.

7.1.2. Transporte e Logística

O transporte dos boilers será realizado de maneira cuidadosamente planejada, garantindo que os equipamentos cheguem ao HFL em perfeitas condições. As medidas adotadas incluem:

- Planejamento logístico detalhado: definição de rotas seguras e análise de condições das vias.
- Manuseio especializado: utilização de guindastes, plataformas hidráulicas e outros equipamentos adequados para transporte e instalação.
- Embalagem protetora: proteção contra danos físicos, corrosão e impactos durante o trajeto.

Além disso, será implementada logística reversa para descarte ambientalmente responsável de materiais de embalagem, reforçando o compromisso com a sustentabilidade.

7.1.3. Preparação do Local

Uma análise detalhada será realizada para garantir que o local de instalação atenda às exigências técnicas e normativas. Este processo incluirá:

- Avaliação estrutural: verificação das bases de concreto para suportar o peso dos boilers cheios e garantir estabilidade.
- Condições ambientais: checagem de ventilação adequada, proteção contra umidade excessiva e conformidade com normas de segurança.
- Adequação das tubulações e conexões elétricas: modificação e compatibilização com os sistemas hidráulicos e elétricos existentes.

7.1.4. Instalação

- A instalação será conduzida por uma equipe técnica especializada, com cronograma rigoroso para minimizar impactos nas operações hospitalares. As etapas incluem:
- Fixação em bases de concreto: posicionamento seguro e estável dos boilers.
- Conexão hidráulica: uso de tubulações em aço galvanizado ou inoxidável, garantindo durabilidade e eficiência no transporte de água quente.
- Conexão elétrica: instalação de circuitos dedicados para alimentar os sistemas de controle e segurança dos boilers.

7.1.5. Integração com Sistemas Existentes

Os boilers serão integrados ao sistema de gerenciamento predial do HFL, promovendo monitoramento eficiente e controle remoto. A integração incluirá:

- Automação operacional: controles digitais para ajuste de temperatura, monitoramento de pressão e detecção de falhas.
- Compatibilidade com sistemas de supervisão predial: transmissão de dados em tempo real para a central de operações.
- Alarmes e notificações remotas: sistemas de segurança que alertam a equipe técnica em caso de falhas ou irregularidades.

7.1.6. Testes e Comissionamento

Os equipamentos serão submetidos a uma série de testes rigorosos para validar sua operação e garantir plena conformidade técnica. Os principais testes incluem:

- Validações Técnicas Prévia: Antes da instalação, serão realizadas análises técnicas para verificar a compatibilidade dos boilers com a infraestrutura existente do hospital, abrangendo:
- Sistemas hidráulicos: Análise das condições das tubulações e conexões para garantir que atendam às especificações de pressão e vazão dos boilers.
- Sistemas elétricos: Verificação das capacidades elétricas do local, garantindo suporte adequado aos sistemas de controle e automação dos boilers.
- Gerenciamento predial: Testes de integração com os sistemas de supervisão predial do HFL, para garantir o monitoramento remoto e eficiente.
- Relatórios de validação: A conclusão dessas análises será documentada em relatórios técnicos, que deverão ser aprovados antes do início da instalação.
- Ensaios Hidrostáticos: Para verificar a resistência dos boilers à pressão máxima de 6 bar, assegurando sua integridade e estanqueidade.
- Testes de Desempenho Térmico: Avaliação da eficiência do aquecimento e do isolamento térmico, garantindo que os boilers atinjam e mantenham a temperatura especificada com mínima perda de calor.
- Simulação de Falhas: Teste da eficácia dos dispositivos de segurança, como válvulas de alívio, termômetros, manômetros e alarmes audiovisuais, para validar a resposta a anomalias.

Um relatório detalhado será emitido ao final de todas as etapas, certificando a conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas e normativas aplicáveis.

7.1.7. Treinamento da Equipe Técnica

O treinamento da equipe técnica do HFL será conduzido por especialistas do fornecedor, com abordagem teórica e prática. As atividades incluirão:

- Instruções detalhadas: sobre operação, manutenção preventiva e identificação de falhas.
- Distribuição de manuais técnicos: documentação completa para referência e consulta.
- Simulações práticas: cenários críticos para capacitar a equipe a lidar com emergências ou falhas.

7.2. Benefícios da Solução

A implementação da solução trará uma série de benefícios diretos e indiretos para o HFL, destacando-se:

7.2.1. Eficiência Operacional

- Garantia de fornecimento ininterrupto de água quente para áreas críticas, como CME e refeitórios.
- Redução no consumo de energia, graças ao isolamento térmico eficiente e à automação.

7.2.2. Segurança e Conformidade

- Atendimento completo às normas técnicas e regulatórias, como NR-13 e ABNT NBR 16035.
- Sistemas de segurança integrados que garantem proteção contra riscos operacionais.

7.2.3. Sustentabilidade

- Redução da pegada de carbono com materiais recicláveis e eficiência energética.
- Implementação de logística reversa, promovendo descarte responsável de resíduos.

7.2.4. Impacto no Atendimento

- Melhoria no conforto térmico para pacientes e maior eficiência na higienização de instrumentos médicos.
- Fortalecimento da imagem institucional do HFL como referência em infraestrutura hospitalar.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Após análises técnicas, concluiu-se que a aquisição de dois boilers pressurizados com capacidade individual de 4.210 litros é suficiente para atender às demandas do HFL. A quantidade foi estabelecida com base em fatores como:

Consumo Diário de Água Quente:

- O consumo médio diário do hospital foi estimado em 7.500 litros, considerando setores críticos como a Central de Material e Esterilização (CME), cozinha, refeitórios e enfermarias.
- A capacidade combinada dos dois boilers (8.420 litros) cobre o consumo estimado e permite uma reserva técnica para atender a picos de demanda.

Redundância Operacional:

- A presença de dois equipamentos proporciona redundância. Caso um dos boilers necessite de manutenção ou apresente falha, o outro será capaz de operar sozinho, garantindo a continuidade dos serviços.
- Essa estratégia reduz o risco de interrupções no fornecimento de água quente, essencial para processos hospitalares críticos.

Flexibilidade e Expansão Futura:

- O sistema foi dimensionado considerando o potencial crescimento da demanda do hospital, especialmente em função de expansões previstas na infraestrutura ou no aumento de atendimentos.
- A capacidade total de 8.420 litros fornece margem para atender a esse crescimento sem necessidade de ajustes imediatos no sistema.

8.2. Critérios Técnicos para Determinação da Quantidade

A quantidade estimada foi fundamentada em critérios técnicos, considerando a relação entre capacidade de armazenamento, eficiência operacional e características do sistema hospitalar:

8.2.1. Capacidade de Armazenamento

- Cada boiler deve atender a 50% da demanda diária média, garantindo que um único equipamento seja capaz de operar de forma independente em caso de manutenção corretiva ou preventiva no outro.
- A capacidade de 4.210 litros por unidade foi escolhida para evitar sobredimensionamento, o que resultaria em custos desnecessários de aquisição e operação.

8.2.2. Eficiência Térmica e Energética

- A utilização de dois boilers menores em vez de um único equipamento maior permite maior eficiência térmica.
- Com dois equipamentos, é possível operar de forma modular, ajustando o uso conforme a demanda do hospital em horários de menor consumo (ex.: períodos noturnos), reduzindo o consumo de energia.

8.2.3. Segurança Operacional

- A redundância operacional aumenta a segurança e confiabilidade do sistema, atendendo às exigências da NR-13, que destaca a importância de sistemas de backup em operações críticas.
- Dois boilers proporcionam maior flexibilidade na gestão de manutenções e minimizam os impactos operacionais de eventuais falhas.

8.3. Considerações para Manutenção e Sustentabilidade

- A estimativa de dois boilers também considera aspectos relacionados à manutenção e à sustentabilidade do sistema:

8.3.1. Impacto na Manutenção

- A divisão da capacidade em dois equipamentos permite que a manutenção seja realizada em um boiler enquanto o outro mantém o fornecimento de água quente, garantindo continuidade operacional.
- Menores intervalos de manutenção são necessários, já que a carga é dividida entre os dois equipamentos, reduzindo o desgaste individual.

8.3.2. Sustentabilidade

- O uso de dois boilers menores reduz a necessidade de operar um equipamento de alta capacidade em períodos de baixa demanda, economizando energia elétrica.
- Os boilers devem ser equipados com isolamento térmico eficiente, minimizando perdas de calor e promovendo a sustentabilidade do sistema.

8.4. Integração com a Demanda Hospitalar

A definição da quantidade foi elaborada considerando as características específicas do HFL e as demandas de cada setor, como segue:

- Central de Material e Esterilização (CME):
- Este setor é responsável pela higienização e esterilização de instrumentos médicos, demandando água quente constante e de alta temperatura (entre 70°C e 90°C).
- A CME representa cerca de 40% do consumo total de água quente do hospital, justificando a capacidade robusta dos boilers.

Cozinha e Refeitórios:

- A preparação e higienização de alimentos requerem água quente em volumes significativos.
- Esses setores consomem aproximadamente 30% da demanda total, reforçando a necessidade de dois boilers para atender à demanda combinada.

Enfermarias e Áreas de Internação:

- As enfermarias utilizam água quente para banhos de pacientes e higienização de ambientes.
- O consumo desses setores equivale a 20% da demanda diária, demandando fornecimento constante.

Outros Setores (administrativo e suporte):

- Embora consumam menos água quente, áreas como lavanderias e unidades administrativas contribuem com os 10% restantes da demanda.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 264.568,92

A estimativa de preço foi elaborada e anexada ao processo nº 33408.132326/2024-57, juntamente com o relatório final (0049797439) emitido pelo Setor de Compras. O levantamento foi realizado com base em todos os quesitos técnicos exigidos e expressos neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Detalhes sobre o processo de pesquisa, metodologia de cálculo e fontes consultadas encontram-se descritos no respectivo processo administrativo, no relatório fin.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A decisão sobre o parcelamento ou não foi avaliada com base em critérios técnicos, econômicos e operacionais, considerando as especificidades do projeto de aquisição e instalação dos dois boilers pressurizados para o Hospital Federal da Lagoa (HFL). Após análise detalhada, concluiu-se que a contratação será realizada em duas parcelas, contemplando a instalação de um boiler em cada etapa, conforme descrito nos itens 5 e 7. Essa escolha é justificada pelos fatores descritos abaixo.

10.1. Planejamento Escalonado e Integração Progressiva

A realização do projeto em duas parcelas permite um planejamento escalonado das etapas, favorecendo a integração progressiva dos dois boilers no sistema. Essa abordagem reduz riscos operacionais e garante maior eficiência no processo, considerando:

- Implantação gradual: A instalação do primeiro boiler em até 30 dias assegura o início rápido do atendimento às necessidades do hospital, enquanto a instalação do segundo boiler, prevista para ocorrer em até 60 dias, permite a integração plena do sistema com maior controle técnico.
- Monitoramento e ajustes: A instalação do primeiro boiler oferece uma oportunidade de monitoramento do desempenho inicial, possibilitando ajustes antes da integração do segundo boiler ao sistema.

10.2. Mitigação de Riscos Operacionais e Econômicos

O parcelamento em duas etapas reduz os riscos de interrupção das operações hospitalares durante a implantação, garantindo que:

- O hospital mantenha capacidade parcial de operação enquanto o segundo boiler não estiver integrado.
- Os serviços sejam realizados de maneira organizada, minimizando impactos ao funcionamento do hospital e à gestão do projeto.

10.3. Otimização de Recursos

A divisão do projeto em duas parcelas permite o escalonamento dos recursos financeiros e operacionais, gerando benefícios como:

- Melhor alocação de recursos: O parcelamento facilita a gestão financeira, permitindo que os investimentos sejam feitos de forma mais distribuída no tempo.
- Coordenação eficiente: A abordagem escalonada evita sobrecarga logística e permite o uso otimizado de mão de obra técnica nas duas etapas do projeto.

10.4. Integração Técnica Planejada

O parcelamento garante que a integração final dos dois boilers ao sistema seja realizada com maior precisão, evitando problemas de incompatibilidade técnica e assegurando o desempenho ótimo do conjunto. O cronograma de 30 dias para o primeiro boiler e 60 dias para o segundo foi projetado para maximizar a eficiência técnica e operacional da solução completa.

Essa estratégia de parcelamento em duas etapas foi escolhida para atender às necessidades imediatas do hospital e garantir a entrega de um sistema completamente funcional, com riscos minimizados e eficiência operacional maximizada.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A contratação dos boilers pressurizados para o Hospital Federal da Lagoa (HFL) é uma iniciativa independente, mas complementa outras ações de modernização da infraestrutura hospitalar, especialmente as relacionadas ao fornecimento de água quente e melhorias em sistemas prediais. Embora não haja dependência direta de outras contratações para a execução deste projeto, existem interfaces operacionais com contratos e sistemas existentes.

11.1. Relação com Contratações Correlatas

Adequações da Rede Hidráulica e Elétrica:

- A instalação dos boilers será conectada à infraestrutura hidráulica e elétrica existente no HFL. Portanto, contratos de manutenção e reformas em andamento devem ser compatíveis com os padrões técnicos exigidos pelos novos equipamentos.

Modernização de Equipamentos Hospitalares:

- Os boilers contribuirão para a eficiência de setores como a Central de Material e Esterilização (CME), que utiliza grandes volumes de água quente. Assim, o funcionamento desses equipamentos será potencializado.

11.2. Integração com Sistemas Existentes

- A integração dos boilers ao sistema de gerenciamento predial do hospital deve ocorrer de forma coordenada para evitar incompatibilidades técnicas.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição dos boilers pressurizados está diretamente alinhada ao planejamento estratégico e operacional do Hospital Federal da Lagoa (HFL). Essa aquisição foi prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) e contribui para o cumprimento das metas institucionais de modernização da infraestrutura e melhoria dos serviços hospitalares.

12.1. Alinhamento Estratégico

Objetivos Institucionais:

- A aquisição dos boilers reforça o compromisso do HFL com a eficiência operacional, garantindo fornecimento contínuo de água quente para setores críticos, como CME e refeitórios.
- Eficiência Energética:
- A substituição de sistemas improvisados por equipamentos modernos e sustentáveis está em conformidade com as políticas de eficiência energética e redução de custos operacionais.

12.2. Alinhamento Orçamentário

- O valor estimado para a contratação está integrado ao orçamento hospitalar e segue as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, promovendo economicidade e gestão responsável dos recursos públicos.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição e instalação dos dois boilers pressurizados para o Hospital Federal da Lagoa (HFL) trarão benefícios significativos e mensuráveis em termos operacionais, econômicos, ambientais e sociais.

13.1. Benefícios Operacionais

Fornecimento Contínuo de Água Quente:

- Os boilers pressurizados garantirão o fornecimento contínuo de água quente, atendendo à demanda de setores críticos, como a Central de Material e Esterilização (CME), enfermarias e refeitórios.
- A capacidade combinada de 8.420 litros assegura o atendimento de picos de consumo sem interrupções.

Redundância Operacional:

- A utilização de dois boilers proporciona maior segurança e confiabilidade. Caso um equipamento necessite de manutenção, o outro poderá operar sozinho, garantindo continuidade nos serviços hospitalares.

Eficiência Técnica:

- O isolamento térmico avançado e o controle digital de temperatura minimizam perdas de calor e otimizam o uso de energia, resultando em maior eficiência na operação dos sistemas.

Integração com Sistemas Prediais:

- A automação e a compatibilidade com o sistema de gerenciamento predial do HFL permitirão o monitoramento remoto e ajustes precisos, facilitando a gestão dos equipamentos.

13.2. Benefícios Econômicos

Redução de Custos Operacionais:

- A modernização do sistema de aquecimento de água reduzirá o consumo de energia elétrica, especialmente devido ao isolamento térmico eficiente dos boilers.
- A operação modular permite ajustes de acordo com a demanda, economizando recursos em horários de menor consumo.

Diminuição de Custos com Manutenção:

- Os boilers são projetados para alta durabilidade, com materiais resistentes à corrosão e sistemas de segurança integrados que evitam falhas prematuras.
- A divisão da capacidade entre dois equipamentos reduz o desgaste individual, prolongando a vida útil dos boilers e minimizando a necessidade de manutenção corretiva.

Evitação de Prejuízos por Interrupções:

- A redundância operacional elimina o risco de interrupções no fornecimento de água quente, evitando prejuízos financeiros e operacionais associados a atrasos em processos críticos, como a esterilização de instrumentos médicos.

13.3. Benefícios Ambientais

Eficiência Energética:

- Os boilers possuem isolamento térmico de alta qualidade, que reduz perdas de calor e, consequentemente, o consumo de energia elétrica.
- A capacidade de operar de forma modular em períodos de baixa demanda contribui para a economia de energia, alinhando-se às

metas de sustentabilidade.

Redução da Pegada de Carbono:

- A eficiência energética do sistema contribuirá para a redução das emissões de gases de efeito estufa associados ao consumo de energia elétrica.

Gestão Responsável de Resíduos:

- Durante a instalação, será implementada uma logística reversa para o descarte correto de materiais de embalagem e resíduos gerados, minimizando impactos ambientais.

13.4. Benefícios Sociais

Melhoria na Qualidade do Atendimento:

- A disponibilidade constante de água quente é essencial para a esterilização de instrumentos médicos e a higienização de ambientes, promovendo maior segurança para pacientes e profissionais.
- Nas enfermarias, a água quente proporcionará maior conforto térmico aos pacientes, especialmente em banhos e cuidados pessoais.

Valorização da Imagem Institucional:

- A modernização da infraestrutura posicionará o HFL como referência em eficiência e qualidade na prestação de serviços de saúde, aumentando a confiança da população na instituição.

Contribuição para a Saúde Pública:

- A melhoria nos processos de higienização e esterilização resultará em uma redução significativa nos riscos de infecções hospitalares, beneficiando diretamente os pacientes e a comunidade.

13.5. Benefícios Estratégicos

- Cumprimento de Normas e Regulamentações:
- A contratação assegura conformidade com exigências técnicas e regulatórias, como a NR-13 (segurança em caldeiras e vasos de pressão) e a RDC 50/2002 da ANVISA.

Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:

- A adoção de práticas sustentáveis no planejamento e execução da instalação dos boilers reforça o compromisso do HFL com a preservação ambiental e a eficiência energética.

Apoio ao Planejamento de Longo Prazo:

- A capacidade instalada permitirá atender ao crescimento futuro da demanda, evitando investimentos adicionais a curto prazo

14. Providências a serem Adotadas

A execução bem-sucedida da contratação e instalação dos boilers pressurizados requer a realização de uma série de providências, organizadas em etapas claras e objetivas.

14.1. Etapa de Planejamento

Elaboração do Edital:

- Redigir o edital de licitação com base nas especificações técnicas dos boilers e nos serviços associados, garantindo clareza e alinhamento com a Lei nº 14.133/2021.
- Incluir critérios de avaliação técnica e econômica que assegurem a seleção de fornecedores qualificados.

Aprovação Orçamentária:

- Validar os recursos financeiros no Plano Anual de Contratações (PAC) do HFL, garantindo que a contratação esteja dentro dos limites orçamentários disponíveis.

Consulta ao Mercado:

- Realizar estudos prévios e reuniões técnicas com potenciais fornecedores para garantir que o edital reflita as melhores soluções tecnológicas disponíveis.

14.2. Etapa de Contratação

Publicação do Edital:

- Divulgar o edital no portal Comprasnet e em outros canais oficiais para assegurar ampla participação e competitividade.

Análise de Propostas:

- Avaliar as propostas apresentadas, considerando critérios técnicos e financeiros, garantindo a seleção de fornecedores que atendam às exigências estabelecidas.

Formalização do Contrato:

- Firmar contrato com o fornecedor vencedor, incluindo cláusulas detalhadas sobre prazos, responsabilidades e garantias.

14.3. Etapa de Execução

Transporte e Logística:

- Planejar e executar o transporte dos boilers ao HFL, assegurando que os equipamentos sejam entregues em condições adequadas.

Preparação do Local:

- Realizar adequações estruturais, hidráulicas e elétricas no local de instalação, garantindo compatibilidade com os novos equipamentos.

Instalação e Integração:

- Fixar os boilers em bases de concreto, conectando-os aos sistemas hidráulico e elétrico existentes do hospital.
- Integrar os boilers ao sistema de gerenciamento predial do HFL, permitindo monitoramento remoto.

14.4. Etapa de Validação

Testes Operacionais:

- Realizar ensaios hidrostáticos, térmicos e de segurança para garantir que os boilers atendam às especificações técnicas.

Treinamento Técnico:

- Capacitar a equipe do HFL para operação e manutenção preventiva dos equipamentos, entregando manuais técnicos detalhados.

As providências descritas garantem que o processo de aquisição e instalação dos boilers seja conduzido de forma eficiente, segura e em conformidade com as normas aplicáveis. O planejamento detalhado reduz riscos e assegura o sucesso da contratação, promovendo melhorias significativas na infraestrutura do HFL.

15. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição e instalação dos boilers pressurizados no HFL possuem impactos ambientais que devem ser analisados e mitigados. Este item descreve os possíveis impactos gerados em cada etapa do projeto e as medidas para minimizá-los, alinhando a contratação aos princípios de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, em conformidade com as políticas ambientais vigentes.

15.1. Impactos Negativos Identificados

Resíduos Gerados Durante a Instalação:

- Sobras de materiais de construção, como concreto, tubulações e revestimentos isolantes, podem causar impactos ao meio ambiente se descartados de forma inadequada.
- Geração de resíduos perigosos, como óleos lubrificantes ou outros produtos químicos utilizados na instalação e manutenção.

Consumo Energético:

- O funcionamento contínuo dos boilers pode aumentar a demanda por energia elétrica, contribuindo para emissões de gases de efeito estufa associadas à geração de energia.
- Possibilidade de sobrecarga na rede elétrica do hospital, gerando desperdícios em horários de baixa demanda se não houver controle eficiente.

Transporte dos Equipamentos:

- O transporte dos boilers exige veículos pesados, que consomem combustíveis fósseis, gerando emissões de CO e poluentes atmosféricos locais, como material particulado e óxidos de nitrogênio (NOx).

Possível desgaste das vias públicas próximas ao hospital devido ao transporte de cargas pesadas, impactando negativamente a infraestrutura local.

Consumo de Água para Testes:

- Durante os testes iniciais, pode haver consumo elevado de água para o enchimento e verificação dos boilers, o que impacta os recursos hídricos locais, especialmente em períodos de estiagem.

Emissões Indiretas:

- A fabricação dos boilers e dos materiais utilizados no projeto contribui para emissões de gases de efeito estufa e outros impactos ambientais associados ao ciclo de vida do equipamento.

15.2. Medidas Mitigadoras

- Para minimizar os impactos ambientais associados à aquisição e instalação dos boilers pressurizados no Hospital Federal da Lagoa (HFL), serão implementadas as seguintes medidas mitigadoras:

Gestão de Resíduos

- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS):
- Todos os resíduos gerados durante a instalação, como sobras de materiais de construção (concreto, tubulações, isolantes térmicos), serão segregados e classificados conforme sua natureza (recicláveis, perigosos e comuns).
- O descarte será realizado por empresas licenciadas, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Reaproveitamento de Materiais:

- Componentes metálicos e tubulações em boas condições serão destinados ao reaproveitamento interno ou doados a programas de reciclagem.
- Materiais plásticos e embalagens serão recolhidos por cooperativas de reciclagem.

Logística Reversa:

- As embalagens dos boilers, como paletes de madeira e caixas de proteção, serão retornadas ao fabricante ou reutilizadas em outras atividades logísticas, sempre que possível.
- O fornecedor será responsável por implementar a logística reversa para itens como materiais de isolamento descartados durante a instalação.

Eficiência Energética e Sustentabilidade

- Os boilers serão equipados com isolamento térmico de alta eficiência para reduzir o consumo energético, minimizando os impactos indiretos associados à geração de energia elétrica.
- Será priorizada a utilização de materiais recicláveis e biodegradáveis em todas as etapas do projeto.

Treinamento Ambiental

- As equipes envolvidas na instalação passarão por treinamento específico sobre descarte adequado e práticas de sustentabilidade,

evitando impactos negativos no ambiente hospitalar e nos arredores.

Acompanhamento e Fiscalização

- A fiscalização será realizada pelo Setor de Infraestrutura (SEINFRA/HFL), que verificará o cumprimento do plano de descarte, a segregação correta dos resíduos e a destinação final adequada.
- Será emitido um relatório ao final do projeto, detalhando as quantidades de resíduos gerados, reaproveitados e descartados, garantindo total transparência.

Descarte de Resíduos Perigosos

- Produtos químicos e óleos lubrificantes utilizados durante a instalação e testes serão coletados e enviados a unidades de tratamento especializadas, licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.
- O plano inclui a substituição de produtos químicos por alternativas biodegradáveis, sempre que possível.

Impactos Ambientais Esperados com as Medidas

- Com a implementação dessas ações, espera-se minimizar significativamente os impactos ambientais do projeto, promovendo a sustentabilidade e o reuso de recursos. O compromisso do HFL com a gestão responsável de resíduos reforça sua atuação como referência em práticas de sustentabilidade na administração pública.

15.3. Benefícios Ambientais

Redução do Desperdício de Energia:

- Os novos boilers substituirão sistemas provisórios e ineficientes, promovendo menor consumo energético e redução da pegada de carbono.
- A instalação de equipamentos modernos e com alta eficiência energética contribuirá para um uso mais racional de recursos, alinhando-se às metas nacionais de transição energética e combate às mudanças climáticas.

Sustentabilidade na Gestão de Recursos:

- A modernização da infraestrutura promove o uso racional de energia e recursos naturais, alinhando-se às políticas de desenvolvimento sustentável e às metas globais de redução de emissões estabelecidas no Acordo de Paris.
- A adoção de materiais com menor impacto ambiental e práticas de gestão sustentável reduz os efeitos adversos associados à instalação e operação.

Conformidade com Políticas Ambientais:

- O projeto reforça o compromisso do HFL com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com as metas de sustentabilidade do Governo Federal, conforme diretrizes do Manual de Sustentabilidade para Contratações Públicas.
- A implementação de soluções sustentáveis demonstra alinhamento com as melhores práticas de preservação ambiental, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional do HFL como modelo de responsabilidade ambiental.

Contribuição para a Preservação do Meio Ambiente Local:

- A redução de emissões e o gerenciamento adequado de resíduos evitam impactos negativos nos ecossistemas próximos ao hospital, protegendo a flora, a fauna e os recursos hídricos.

Educação e Consciência Ambiental:

- A execução do projeto inclui ações de conscientização das equipes hospitalares e de engenharia sobre a importância da sustentabilidade, criando uma cultura organizacional voltada para a preservação do meio ambiente.

15.4. Compromisso do HFL com a Sustentabilidade

O planejamento, aquisição e operação dos boilers reforçam o compromisso do Hospital Federal da Lagoa em adotar práticas sustentáveis, promovendo o equilíbrio entre desenvolvimento, eficiência e preservação ambiental. A implementação de um sistema de gestão ambiental e a adesão a políticas públicas de sustentabilidade garantem que o projeto contribua para a melhoria contínua das condições ambientais, beneficiando as gerações atuais e futuras.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A análise de viabilidade técnica, econômica e operacional realizada para a aquisição e instalação de dois boilers pressurizados no Hospital Federal da Lagoa (HFL) demonstrou que a contratação é plenamente viável e alinhada às necessidades institucionais.

16.1. Viabilidade Técnica

Atendimento às Especificações Técnicas:

- Os boilers especificados possuem capacidade e características compatíveis com a demanda atual e futura do HFL, garantindo o fornecimento contínuo de água quente.
- Fabricados de acordo com normas nacionais e internacionais, como NR-13, ASME BPVC Section VIII e ABNT NBR 16035, os equipamentos oferecem alta eficiência, durabilidade e segurança operacional.

Integração com Infraestrutura Existente:

- A instalação dos boilers foi planejada para integrar-se aos sistemas hidráulico e elétrico já presentes no hospital, evitando a necessidade de grandes intervenções estruturais.
- Os sistemas de automação e monitoramento dos boilers serão compatíveis com o sistema de gerenciamento predial do HFL, facilitando a operação e o controle remoto.

Redundância Operacional:

- A configuração de dois equipamentos proporciona redundância, assegurando a continuidade do fornecimento de água quente mesmo em situações de manutenção corretiva ou preventiva.

16.2. Viabilidade Econômica

Custo-Benefício:

- A estimativa de custos foi elaborada com base em levantamentos de mercado e referências do
- Painel de Preços do Comprasnet, garantindo que o valor da contratação esteja dentro dos padrões de economicidade.

- Os boilers são projetados para alta durabilidade, reduzindo custos futuros com manutenção corretiva e substituições.

Redução de Custos Operacionais:

- A eficiência energética dos equipamentos, aliada ao isolamento térmico avançado, resultará em economia significativa no consumo de energia elétrica.
- A operação modular permitirá ajustar o uso dos boilers conforme a demanda, minimizando desperdícios e otimizando recursos.

Planejamento Orçamentário:

- O projeto foi incluído no Plano Anual de Contratações (PAC) do HFL e está alinhado ao orçamento institucional, assegurando que a aquisição seja realizada sem comprometer outras prioridades.

16.3. Viabilidade Operacional

Impacto Positivo na Infraestrutura:

- A modernização do sistema de aquecimento de água atenderá setores críticos como a Central de Material e Esterilização (CME), enfermarias e refeitórios, melhorando a eficiência das operações hospitalares.

Capacitação da Equipe Técnica:

- O treinamento da equipe do HFL para operação e manutenção dos boilers garantirá que os equipamentos sejam utilizados de forma eficiente e segura, minimizando riscos e interrupções.

Adaptação ao Crescimento Futuro:

- A capacidade instalada permite atender ao aumento da demanda no médio e longo prazo, evitando investimentos adicionais imediatos.

16.4. Sustentabilidade e Conformidade Normativa

Sustentabilidade

- A eficiência energética dos boilers pressurizados, com isolamento térmico avançado, reduz significativamente o consumo de energia elétrica, promovendo economia nos custos operacionais a médio e longo prazo.
- O uso de materiais recicláveis na fabricação e na instalação dos equipamentos reforça o compromisso com práticas ambientalmente responsáveis, contribuindo para a redução da pegada de carbono e alinhando-se às metas nacionais de desenvolvimento sustentável.
- A logística reversa e o plano de descarte de resíduos asseguram um gerenciamento eficiente dos materiais excedentes, minimizando impactos ambientais e promovendo a reutilização de recursos.

Conformidade Legal

- O projeto atende plenamente às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, como a NR-13, a RDC 50/2002 da ANVISA, a ABNT NBR 16035 e o ASME BPVC Section VIII, assegurando a segurança e eficiência operacional.
- A conformidade com as exigências legais reforça a legitimidade da contratação e a transparência do processo.

Benefícios Econômicos e Adequação ao Orçamento

- A solução proposta foi dimensionada para atender às necessidades do HFL com eficiência e economia, considerando o uso modular dos boilers, que ajusta a operação de acordo com a demanda, reduzindo custos com energia elétrica e manutenção.
- A escolha por dois equipamentos menores, em vez de um único maior, permite maior flexibilidade operacional, garantindo redundância e prolongando a vida útil dos equipamentos, o que reduz custos de reposição e manutenção corretiva.
- A estimativa de custos foi elaborada com base em pesquisas de mercado e no Painel de Preços do Comprasnet, assegurando que o valor da contratação está dentro dos limites orçamentários do hospital e alinhado ao Plano Anual de Contratações (PAC).
- A modernização do sistema de aquecimento eliminará gastos excessivos com soluções provisórias, resultando em economia contínua para a Administração Pública.

17. Responsáveis

TIAGO FELIPE LAGOAS DOS SANTOS
Equipe de Planejamento

EDNAMAR DE FARIA RIBEIRO
Equipe de Planejamento

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº 33408.132326/2024-57)

ADMINISTRAÇÃO

Nº
xx/xxxx,
QUE
FAZEM
ENTRE SI
A UNIÃO,
POR
INTERMÉDIO
DO (A)
.....
E
.....

A União, por intermédio do(a) Hospital Federal da Lagoa, com sede no(a) Rua Jardim Botânico, nº 501, na cidade de Rio de Janeiro / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.544/0204-53, neste ato representado(a) pelo(a) Diretor Claudio Cotta, nomeado(a) pela Portaria nº 490, de 7 de Março de 2023, publicada no DOU de 30 de março de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 650409, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], [A2] tendo em vista o que consta no Processo nº 33408.132326/2024-57 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

26. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

26.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Boilers, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

26.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Boiler pressurizado com capacidade de 4.210 litros; serão utilizados para o armazenamento de água quente, aquecida externamente, e devem atender às normas técnicas e requisitos detalhados; (Anexo II e III) Especificações Técnicas Gerais: Capacidade Individual: 4.210 litros (4,21 m³). Capacidade Total: 8.420 litros. Pressão de Operação: 40 mca (4 bar). Temperatura Máxima de Operação: 60°C. Diâmetro Externo: 1,37 m. Diâmetro Interno: 1,254 m. Comprimento Externo: 3,51m. Comprimento Interno: 3,41 m. Espessura da Parede do Aço: 8 mm. Espessura do Isolamento Térmico: 50 mm. Materiais e Componentes Corpo do Boiler: Material: ASTM A516 Grau 70 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME BPVC Section VIII, ASTM Standards, ABNT NBR 16035. Isolamento Térmico: Material do Isolante: Lã de vidro ou espuma rígida de poliuretano. Espessura: 50 mm. Revestimento Externo: Aço galvanizado ou		Unidade / Serviço	2		

	<p>aço inoxidável. Conexões e Flanges: Material: ASTM A105 (aço carbono) ou Aço Inox 316. Normas Aplicáveis: ASME B16. 5 (flanges) e ASME B16.9 (conexões soldadas). Válvulas de Segurança e Dispositivos de Controle: Válvulas de segurança: Ajustadas para abertura em 4,5 bar. Manômetros: Escala mínima de 0- 6 bar. Termômetros: Faixa de operação de 0-100°C. Testes e Ensaios Exigidos Ensaio Hidrostáticos: Pressão de teste: 6 bar (1,5 vezes a pressão de operação). Norma: ASME BPVC Section VIII. 2. Ensaio Não Destrutivos: Radiografia ou ultrassom em todas as soldas principais. Norma: ASME Section V e ISO 17636. Responsabilidades do Fornecedor Fornecer os boilers em conformidade com todas as normas técnicas descritas (NR13, ASME BPVC, ABNT NBR 16035, etc.). Garantir a emissão de todos os documentos técnicos: Certificados de material (ASTM A516 Grau 70 ou Aço Inox 316). Relatórios de testes e ensaio (hidrostáticos, radiográficos, etc.). Manual de operação e manutenção. Placas de identificação para os boilers. Transporte; Instalação; Comissionamento e Treinamento.</p>				
--	--	--	--	--	--

26.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 26.3.1. O Termo de Referência;
- 26.3.2. O Edital da Licitação;
- 26.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 26.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

27. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

27.1. O prazo de vigência da contratação é de **2 anos** contados do(a) **assinatura do Contrato**, prorrogável por até 1 ano, na forma dos artigos 84, 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

27.1.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os

preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

27.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

27.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

27.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

28.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

29.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

30.1. O valor total da contratação é de R\$

30.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

30.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

31.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

32.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

33.1. São obrigações do CONTRATANTE:

33.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

33.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

33.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

33.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

33.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

33.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

33.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

33.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

33.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

33.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

33.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

33.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

34.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

34.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

34.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

34.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

34.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

34.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

34.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

34.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

34.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e

34.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 34.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 34.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 34.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 34.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 34.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 34.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 34.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 34.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 34.14. *Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;*
- 34.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 34.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 34.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 34.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 34.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 34.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 34.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 34.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 34.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 34.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 34.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 34.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 34.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 34.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

10. CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 35.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 36.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 37.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*
- 37.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 37.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*
- 37.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;* e
- 37.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 37.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 37.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 37.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 37.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

- 37.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 37.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 37.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 37.7.3. Das indenizações e multas.
- 37.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 37.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 37.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 37.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 37.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

- 38.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 38.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 38.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 38.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 38.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 39.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
- I - Gestão/unidade: [...];
 - II - Fonte de recursos: [...];
 - III - Programa de trabalho: [...];
 - IV - Elemento de despesa: [...]; e
 - V - Plano interno: [...]; e
 - VI - Nota de empenho: [...];
- 39.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

- 40.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

- 41.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO

- 42.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rio de Janeiro*, Seção Judiciária de XXXXX para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Atenciosamente,

Daniel Ferreira de Carvalho
Chefe da Divisão de Suprimentos e Logística
Hospital Federal da Lagoa
PORTARIA GM/MS Nº 1.097, DE 02 DE JUNHO DE 2023

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Livia Almeida de Menezes, Diretor(a) do Hospital Federal da Lagoa**, em 23/06/2026, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0055410956** e o código CRC **C2E26585**.

Referência: Processo nº 33408.132326/2024-57

SEI nº 0055410956

Divisão de Suprimentos e Logística - DISUL/HFL
Rua Jardim Botânico, nº 501 - 10º andar - Bairro Jardim Botânico, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22470-050
Site